



Um estudo diacrônico sobre a polaridade negativa no sintagma nominal: o caso do indefinido “algum” na formação do IPN [N + algum]

A Diachronic Study of Negative Polarity in Nominal Phrases: the Case of the Indefinite “Some” in the Formation of IPN [N +algum (Some)]

Cristiane Namiuti

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia / Brasil
cristianenamiuti@gmail.com / cristianenamiuti@uesb.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1451-8391>

Fernanda Gusmão Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia / Brasil
fgsilva031@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0940-3629>

Resumo: O presente artigo trata da posposição do indefinido “algum” em relação ao nome substantivo para instanciar a polaridade negativa no sintagma nominal na diacronia da língua portuguesa, buscando compreender: (i) a natureza da estrutura [N+algum] em textos portugueses do século XVI, XVII, XVIII e XIX, e em textos brasileiros do século XIX; e (ii) o processo de gramaticalização da estrutura como um Item de polaridade Negativa (IPN) na história da língua. Verificou-se que a estrutura [N+algum], com inversão, nos séculos XVI e XVII, Português Clássico (PCL), podia ser usada com valor não negativo e que outros elementos podiam ocorrer no interior do sintagma nominal, inclusive com a possibilidade da flexão e não adjacência entre o nome e o indefinido. Tais fatos corroboraram a hipótese de que no PCL a estrutura [N+algum] não estava gramaticalizada como um IPN e o valor negativo era valorado pela presença de um operador de negação sentencial, preposição ou conjunção negativa em domínio sintático superior. Conclui-se que o indefinido no PCL realiza o núcleo da categoria determinante (D) mesmo nas estruturas com inversão, sendo estas derivadas

do movimento da parte lexical do sintagma à posição de especificador do sintagma determinante (DP, do inglês *Determiner Phrase*) fato que contempla as propriedades de categoria D de “algum” no PCL.

Palavras-chave: sintagma nominal; indefinido “algum”; polaridade negativa.

Abstract: The present paper deals with the posposition of the indefinite “algum” (some) in relation to the noun to instantiate the negative polarity in the nominal phrase in the Portuguese language diachrony, seeking to understand: (i) the nature of the structure [N+algum] in sixteenth-, seventeenth-, eighteenth- and nineteenth-century Portuguese texts, and in nineteenth-century Brazilian texts; and (ii) the process of grammaticalization of the structure as a Negative Polarity Item (IPN, in Portuguese *Item de Polaridade Negativa*) in the history of the language. It has been found that the structure [N+algum], with inversion, in the 16th and 17th centuries, Classical Portuguese (PCL, in Portuguese *Português Clássico*), could be used with non-negative value and that other elements could occur in a noun phrase (NP), including the possibility of inflection and non-adjacency between the noun and the indefinite. Such facts supported the hypothesis that in PCL the structure [N+algum] was not grammaticalized as an IPN and the negative value was valued by the presence of a sentential negation operator, preposition or negative conjunction in a higher syntactic domain. It has been concluded that the indefinite in PCL is a determiner (D) even in structures with inversion, these being derived from the movement of the lexical part of the phrase to the specifier position of Determiner Phrase (DP) a fact that contemplates the D properties of “algum” in PCL.

Keywords: noun phrase; indefinite “algum”(“some”); negative polarity.

Recebido em 25 de fevereiro de 2022

Aceito em 11 de abril de 2022

1 Introdução

A instanciação da polaridade negativa dos indefinidos na história da língua portuguesa foi objeto de investigação de Martins (1997, 2000, 2015), Pinto (2015) entre outros trabalhos. Nesta empreita, a posposição do indefinido “algum” em relação ao nome substantivo para instanciar a polaridade negativa no sintagma nominal na diacronia da língua portuguesa tem sido contemplada e neste trabalho buscamos

discutir especificamente este caso, partindo das análises dos trabalhos mencionados anteriormente.

Para tanto, realizamos um estudo diacrônico comparado, no âmbito do Projeto Temático “*Do português pré-clássico às variantes modernas: contribuições para o estudo da Sintaxe e suas interfaces*” (FAPESB, APP 0007/2016), coordenado por Cristiane Namiuti (PPGLin/UESB)¹ buscando compreender: (i) a natureza da estrutura [N + algum] nos textos portugueses do século XVI, XVII, XVIII e XIX, e em textos brasileiros do século XIX; e (ii) o processo de gramaticalização² da estrutura como um Item de Polaridade Negativa (IPN) na história da língua.

O corpus para este estudo contempla textos do Português Clássico (PCL), do Português Europeu dos séculos XVIII e XIX (PE) e do Português Brasileiro do século XIX (PB) pertencentes ao *Corpus* Anotado do Português Histórico Tycho Brahe (CTB) (GALVES; ANDRADE; FARIA, s/d) e ao *Corpus* de Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista e Região (DOViC) (SANTOS; NAMIUTI, 2014). Em consonância com os trabalhos aqui revisitados, que abordam o fenômeno em perspectiva diacrônica, a exemplo de Martins (2015),

¹ O recorte utilizado para esta publicação foi objeto da dissertação de mestrado de Fernanda Gusmão Silva (PPGLin/UESB), defendida em 2021, sob a orientação de Cristiane Namiuti, no âmbito do projeto temático.

² O processo diacrônico de mudança linguística que transforma uma forma lexical em uma forma gramatical foi denominado por Meillet (1948) de gramaticalização, nesse processo os conteúdos lexicais vão sendo esvaziados de sentido lexical e a forma/estrutura passa a desempenhar funções gramaticais. Segundo Neves (2001), o processo de gramaticalização ocorre quando uma determinada categoria migra para uma outra condição na língua, é o que acontece na transformação diacrônica de um verbo pleno a um verbo auxiliar, de uma palavra lexical ou pronome a um afixo ou clítico. Nesse sentido, a transformação diacrônica da estrutura sintagmática [N + algum], em que [N] e [algum] são núcleos sintáticos independentes, para um IPN, em que [N] e [algum] realizam um único núcleo sintático de polaridade negativa, funcionando como uma única palavra negativa (*n-word*), ou seja expressões como “coisa alguma” deixa de ser uma estrutura sintática com palavras independentes e valor negativo, passando a ter no nome o indefinido incorporado e funcionando como uma *n-word* (a exemplo de “nada”), fato evidenciado, entre outras coisas, pela perda da possibilidade de flexionar o substantivo nas variantes atuais do português, esse é o tipo de fenômeno linguístico que ficou conhecido por “gramaticalização”.

o quadro teórico utilizado como guia para a descrição e análise dos dados foi o da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1995) por fornecer um instrumental descritivo que nos serve para explicar formalmente o fenômeno e ainda garantir a possibilidade de comparação e avanço em relação aos trabalhos e hipóteses de nosso ponto de partida.

Este artigo está organizado em 5 seções, incluindo esta introdução a que se segue a apresentação do estado da arte, na seção 2, com a revisão do referencial que nos serve de ponto de partida e sustentação. Os resultados da pesquisa estão descritos na seção 3 do artigo e a ela segue-se a proposta de análise na seção 4. Por fim, na seção 5, conclui-se o artigo com as considerações finais para este trabalho.

2 A especificação da polaridade dos Indefinidos na diacronia da língua portuguesa

A negação está presente em todas as línguas e é registrada em cada uma delas por operadores diferentes e em estruturas sintáticas diversas. Sua variedade de usos e formas tem sido objeto de diversos estudos, os quais têm apresentado análises relevantes para o conhecimento desse fenômeno linguístico.

No Português Brasileiro, Português Europeu e em fases antigas da língua, Português Antigo e Clássico (doravante PB, PE, PA e PCL, respectivamente), a negação sentencial é realizada pelo operador de negação “não” (MARTINS, 1997; MIOTO, 1992; NAMIUTI 2008, entre outros trabalhos). A polaridade negativa, no entanto, pode figurar em outros níveis além do sentencial e outros marcadores também são utilizados: pronomes indefinidos/quantificadores (ninguém, nenhum), conjunção (nem), preposição (sem), dentre outros.

Em relação aos pronomes indefinidos como “nenhum” e “ninguém”, seu valor negativo, segundo Martins (2000, 2015), precisava ser valorado pelo operador de negação sentencial da sentença no PA, como podemos constatar no exemplo 02 nesta seção, não sendo, portanto, intrinsecamente negativo no léxico, como no PE atual.

De acordo com Martins (2000, 2015), no PE, os indefinidos “ninguém” e “nenhum” são intrinsecamente negativos e o indefinido “algum” é positivo no léxico. Todavia, a inversão de “algum”, segundo Martins (2015), em relação ao núcleo substantivo terá sempre um valor negativo no PE (1.a); manterá sempre adjacência absoluta

entre o substantivo e o indefinido, ou seja, não terá a possibilidade de complementos ou adjuntos nominais (1.b), não terá a possibilidade de se flexionar (1.c) e ainda permitirá a graduação (1.d).

(1)

- a. **Lugar algum** se parece com este.
- b. ***Animal do deserto algum** vive aqui.
- c. ***Animais alguns** vivem aqui.
- d. Ainda não o vi fazer **coisíssima nenhuma/alguma**

(MARTINS, 2015, p. 1, 4)

Na ordem não marcada “algum lugar” a interpretação é positiva, nesta ordenação a flexão é permitida “alguns animais”, também é permitida a complementação/modificação “alguns animais do deserto” e vedada a graduação “*alguma coisíssima”, marcando uma diferença morfosintática importante entre a estrutura [algum + N] e [N + algum].

Há uma interpretação negativa sempre que a inversão do indefinido algum é atestada, como em (1.a) “Lugar algum”, que equivale na interpretação a “nenhum lugar” ou “lugar nenhum” indicando que a inversão do indefinido “algum” no sintagma nominal (NP) é a operação que realiza essa polaridade negativa. Segundo Martins (2015), a inversão que gera a polaridade negativa do sintagma no PE é derivada de um processo de incorporação de núcleos na formação de um item de polaridade negativa (IPN), como veremos mais adiante, a agramaticalidade de inversão sem contiguidade entre o substantivo e o indefinido, como ilustrada em (1.b), a agramaticalidade da flexão, como ilustrada em (1.c), e a possibilidade de graduação, como ilustrada em (1.d), corroboram, segundo Martins (2015), a hipótese do IPN derivado de um processo de incorporação do substantivo ao indefinido no PE. Não obstante, ao analisar os indefinidos negativos, ou *n-words*, no romance antigo, Martins (2000) descreve que eles coocorriam com o marcador negativo, não anulando a negação sentencial, e em alguns casos, eram usados em contextos não negativos, os quais poderiam ser não-assertivos (não afirmativos) (2.a) ou modais (2.b) (imperativo, condicional, dentre outros).

(02)

- a. que **nenh~uu nã** scapou (Crônica Geral de Espanha de 1344)
(cf. CINTRA, 1954, p. 107, apud MARTINS, 2000, p. 216)
- b. E por decreto publico foi defeso que **ninguém** navegasse.
(cf. ALI, 1931, p. 199, apud MARTINS 2000, p. 196)
[significando “e por um decreto público foi proibido que alguém navegasse”]

De acordo com Martins (2000), no século XV, o marcador de negação sentencial “não” passa a ser opcional no português (03 a-b) para valorar a polaridade negativa do indefinido “nenhum” em posição pré-verbal.

(03)

- a. “**Nenh~uu nom** mostrava que era famiinto”
(Fernão Lopes, Crônica de D. João I. apud Martins 2000:194)
- b. “**Nenh~uu** poderá seer emlegido a semelhante honra”
(Fernão Lopes, Crônica de D. João I. apud Martins 2000:194)

No português contemporâneo, estruturas com o indefinido negativo, em posição pré-verbal, coocorrendo com o marcador de negação sentencial, tornam a sentença agramatical (04).

(04) ***Ninguém não** vive aqui.

(MARTINS, 2015, p. 3)

Ou seja, no PE atual, a concordância negativa entre o indefinido pré-verbal e o marcador de negação sentencial, obrigatória no PA, opcional no período que abrange o PCL, tornou-se agramatical em um longo processo de mudança, passou de obrigatória no PA (séculos XIII, XIV, XV), passou a opcional no PCL (séculos XV, XVI, XVII) e se tornou agramatical apenas no PE moderno (séculos XIX, XX, XXI).

Com relação ao indefinido “algum” em posição pós-nominal em um NP, Martins (2015) ao descrever o comportamento da estrutura/ordem [N + algum] na diacronia do português, constata que nos séculos XVII e XVIII, o valor negativo de:

(i) [N+algum] era legitimado no escopo da negação, ocorrendo normalmente em posição pós-verbal; (ii) era possível a legitimação da inversão nominal negativa em contextos modais (também chamados “contextos negativos fracos”); (iii) a adjacência entre o nome e algum não era obrigatória e (iv) coisíssima alguma não ocorria. (MARTINS, 2015, p. 12)

Assim, Martins (2015), ao descrever as ocorrências de [N + algum] nos textos dos séculos XVII e XVIII e constatar que a inversão do indefinido, diferentemente do que acontece no PE atual, para ter interpretação negativa, precisava estar sob o escopo da negação sentencial; que o NP com o indefinido pós-nominal poderia não ter interpretação negativa em contextos modais; e ainda, a adjacência entre o substantivo e o indefinido invertido não era obrigatória, conclui que nesse período a estrutura [N + algum] não estava gramaticalizada como um IPN (Item de Polaridade Negativa), como no PE atual. Nos textos dos séculos XVII e XVIII a estrutura [N + algum] se comportava como um sintagma e não como uma estrutura de incorporação de núcleos em um núcleo funcional Neg no interior do NP (estrutura do IPN, segundo Martins, 2015), uma vez que a adjacência entre o nome (N) e o indefinido (algum) não era obrigatória e o valor negativo não dependia exclusivamente desta inversão. Além disso, segundo a autora,

No Corpus do Português não foi possível encontrar nenhum exemplo de [N+algum] na posição canônica de sujeito ou em qualquer outra posição fora do escopo da negação ao longo do século 17. Raros exemplos aparecem no século 18. É necessário esperar pelo século 19 para se encontrarem facilmente atestações da inovação (MARTINS, 2015, p. 12)

Segundo Martins (2015), a possibilidade de [N + algum] ocorrer fora do escopo da negação com valor negativo em posição pré-verbal, como em (05), e ainda a possibilidade de gradação pela morfologia, como em (06), constituem evidências da inovação que transformou [N + algum] em um IPN no PE.

(05) Em **época alguma** tinham os criados conhecido Maurício tão caseiro.

(Século XIX: *Corpus do Português*, MARTINS, 2015, p. 12)

(06) Nunca recebi favor do Sr. D. Pedro II, nem ele me deve **coisíssima alguma**.

(Século XIX: *Corpus* do Português, MARTINS, 2015, p. 12)

No português antigo, como vimos, os indefinidos apresentavam-se como itens de polaridade fracos (MARTINS, 1997, 2000; NAMIUTI, 2008, PINTO, 2015), seu valor negativo, precisava ser valorado pelo operador de negação sentencial no PA, não sendo, portanto, intrinsecamente negativo no léxico, como no PE atual, devendo por isso seu valor negativo ser legitimado por um marcador de negação regular para serem interpretados como negativos em uma configuração de concordância negativa (ZANUTTINI, 1997), podendo ocorrer em contextos negativos ou modais. Pinto (2015), baseando-se em Martins (1997, 2000), classifica os itens, observando que cada um dos traços pode ser catalogado como especificados [+] ou subespecificados, estes últimos podem ser não-variáveis [0] ou variáveis [α]. A leitura dos traços e seus valores permitem distinguir os itens de polaridade fortes dos que apresentam polaridade fraca, pois enquanto o item de polaridade forte apresenta um dos traços com valor especificado e, não possui traços com valores de subespecificação variável, o item de polaridade fraca exhibe, no mínimo, um valor subespecificado variável e nenhum traço com valor especificado [+].

O quadro 1, adaptado de Pinto (2015), apresenta os traços do indefinido algum no PA (cf. exemplos 02).

Quadro 1 – Análise de polaridade do Indefinido “algum”

TRAÇOS	ESPECIFICADO	SUBESPECIFICADO	RESULTADO
Afirmativo		0	Item de polaridade fraca
Negativo		α	
Modal		α	

Fonte: Adaptado de PINTO (2015)

Ao tratar dos quantificadores indefinidos “nenhum” e “algum”, Martins (2016) atesta que a coocorrência do marcador de negação sentencial “não” e indefinidos negativos torna-se opcional em fases mais recentes da língua (século XIX), pois estes passam a itens de polaridade negativa capazes de expressar sozinhos sua negação, ou seja, passam a ser

um item de polaridade forte, especificado para a negação. Porém, a autora descreve que, no português médio, houve uma separação em relação aos contextos nos quais passaram a ocorrer, resultando em uma distribuição complementar, em que “algum” é registrado em contextos afirmativos (assertivos) e modais (contextos negativos fracos) e “nenhum” está nos contextos estritamente negativos, diferentemente do PA em que ambos eram subespecificados para o traço de negação/afirmação.

Tal evolução também é descrita por Pinto (2015), segundo a autora, por meio da especificação de traços (cf. MARTINS, 1997, 2000), os indefinidos nada, nenhum e ninguém passaram a exibir o traço negativo [+ neg], não mais o traço subespecificado com valor variável [α], deixando assim de ocorrer em contextos modais. O mesmo aconteceu com a estrutura [N+algum], segundo Martins (2015), a partir do século XVIII, “algum” em posição pós-nominal apresenta o mesmo tipo de contraste interpretativo e gramatical que o item “ninguém” em contextos pós-verbais (cf. 07 a-b), e em contextos pré-verbais (cf. 07 a-d).

(07)

- a. Não vive aqui ninguém.
- b. Não vive aqui animal algum.
- c. Ninguém vive aqui.
- d. Animal algum vive aqui.

(MARTINS, 2015, p. 3)

O desenvolvimento dos itens de polaridade negativa no português parece acompanhar o de outras línguas românicas como o espanhol. A inversão nominal negativa do português e espanhol com algum/alguno, segundo Martins (2015), não tem as mesmas propriedades nas duas línguas, pois a sequência invertida [N+alguno], no espanhol, ainda precisa ocorrer sob o escopo da negação para ser legitimada (10 a), não pode ocorrer antes do verbo exigindo sempre a presença do marcador de negação predicativa (08 b-c) ou de um outro operador que crie o contexto negativo apropriado (08 d), contrastando com o português atual, que permite casos sem o escopo da negação (09 a-b)

(08)

- a. No he visto película alguna esta semana.
- b. *Ayuda alguna fue necesaria.
- c. No fue necesaria ayuda alguna.
- d. A los ricos los dejó sin cosa alguna.

(MARTINS, 2015, p. 9)

(09)

- a. Ajuda alguma foi necessária.
- b. Aos ricos, coisa alguma desejo.

(MARTINS, 2015, p. 9)

Os contrastes observados são descritos por Martins (2015) como resultado da distribuição sintática dos nomes nus, os quais não possuem determinante visível, pois, como o [N + alguno], eles são registrados em posição pós-verbal nas línguas românicas. Longobardi (1994 apud MARTINS, 2015) sugere que assim como os nomes nus a distribuição sintática mais limitada do espanhol [N + alguno], em contraste com o português [N + algum], pode ocorrer devido a necessidade da legitimação do núcleo D (Determinante) nulo na estrutura. E como o português não se submete às restrições de posicionamento oracional como o espanhol, pode ser esse o indicativo que no português há movimento sintático de Neg para D, ocasionando a incorporação da unidade [N +alguno] no núcleo D.

Martins (2015) destaca o bloqueamento da flexão de plural na inversão nominal negativa em ambas as línguas (10 a-b) como característica importante para entender a natureza da estrutura.

(10)

- a. *No hay soluciones algunas para ese dilema.
- b. *Não há soluções algumas para esse problema.

(MARTINS, 2015, p. 9)

Para a autora, o bloqueio para o plural destas construções e a necessidade de ocorrerem amalgamadas sugere que tais construções são

derivadas por processo de incorporação, sendo [N + algum] a realização de uma unidade complexa que se comporta como uma única palavra negativa.

Martins (2015) argumenta que no português europeu contemporâneo (PE), o indefinido “algum” apresenta polaridade positiva fraca e ao ser realizado em estrutura pós-nominal [N + algum], realiza, juntamente com o núcleo nominal, um item de polaridade negativa (IPN) com polaridade negativa forte, assim como [N + nenhum] (11 a-b).

(11)

- a. Animal algum vive aqui.
- b. Animal nenhum vive aqui.

Como demonstrou a autora, o IPN com o indefinido algum em português também não admite a pluralização do sintagma nominal na inversão nominal negativa (12 a), embora estruturas com o indefinido pré-nominal (com valor positivo) a admitam (12 b).

(12)

- a. *Animais alguns vivem aqui.
- b. Alguns animais vivem aqui.

(MARTINS, 2015, p. 4)

A hipótese defendida por Martins (2015) consiste no fato da flexão de plural ser bloqueada quando há formação do IPN [N + algum], pois segundo a autora, quando o NegP faz parte do DP, o Pl(ural)P não é projetado.

Em síntese, as características do IPN [N + algum/a] observadas por Martins (2015) foram: (i) na posição pré-verbal, a sequência invertida [N + algum] assegura, só por si, a interpretação negativa da frase (13 a) e não pode coocorrer com o marcador de negação sentencial “não”, quando em posição pré-verbal (13 b), e, (ii) há obrigatoriedade de adjacência entre o quantificador indefinido e o nome (13 c), pois quando ocorre um termo entre os itens, a sentença se torna agramatical (13 d).

(13)

- a. Homem algum vive aqui.
- b. *Homem algum não vive aqui.
- c. Animal algum vive aqui

d.*Animal do deserto algum vive aqui.

Com relação aos indefinidos negativos pós-verbais, Martins (1996, 2000) descreve que tanto o indefinido negativo “ninguém” como a sequência invertida [N+algum], podem coocorrer com o marcador de negação predicativa mesmo sendo inerentemente negativos. Essa coocorrência era obrigatória no PA (Martins, 2000) e deixa de ser no século XIX com a gramaticalização da estrutura [N + algum] como um IPN, explicado por um processo de incorporação do Nome e do Indefinido em um núcleo negativo nulo na estrutura funcional do DP.

O paralelismo entre o [N + algum] e o [N + nenhum] também foi objeto de estudo para Martins (2015) que, analisando o percurso das construções do português clássico ao contemporâneo, constatou a existência de uma concorrência entre o indefinido “nenhum” e o quantificador indefinido “algum” em posição pós-nominal, entre os séculos XVIII e XIX, com prevalência do “algum” em posição pós-nominal, mas com um aumento no século XIX das estruturas [N + nenhum], fato que, para a autora, é indício de que também a estrutura [N + nenhum] se gramaticalizou em IPN seguindo os mecanismos que levaram à gramaticalização de [N + algum].

De acordo com Martins (2015, p. 13-14), os dados parecem indicar que na etapa final do processo de gramaticalização, a inversão nominal negativa se alargou de “algum” a “nenhum”. Para a autora, numa “possível interpretação dos dados empíricos, o processo de inversão nominal negativa será uniforme, sendo a diferença entre [N+algum] e [N+nenhum] superficial.” A diferença reside no fato de que no primeiro caso o núcleo Neg não possui expressão fonológica, enquanto que no segundo caso os traços do núcleo Neg se realizariam sob a forma de um morfema negativo ligado ao quantificador indefinido.

3 O indefinido “algum” no corpus Tycho Brahe e no corpus DOViC

Considerando a particular história dos indefinidos na língua portuguesa, em Silva (2001), ampliamos a investigação sobre o tema da valoração negativa do indefinido “algum” em posição pós-nominal [Nome + algum] olhando para o fenômeno em outros corpora. Utilizamos, como corpus da pesquisa, textos de autores portugueses nascidos entre os séculos XVI e XIX, pertencentes ao CTB, e documentos notariais

brasileiros, pertencentes ao Corpus DOViC. Assim, mediante a investigação revisitada sobre os indefinidos negativos, a inversão negativa [N + algum] e o levantamento dos dados realizados por Silva (2021), indagamos o estatuto/natureza da inversão [N + algum] nos corpora representativos do PCL, PE e PB, questionando:

- (i) Qual é o *status* da inversão [N + algum] no PCL século XVI e XVII? A estrutura [N+algum] atestada nos textos do *corpus Tycho Brahe* pode ser considerada um IPN como no PE ou o valor negativo se dá via presença de um operador de negação que precede o NP e desencadeia a valorização do traço negativo do NP, como no PA para as *n-words*?
- (ii) Qual é o *status* da inversão [N + algum] no PB do século XIX? A estrutura [N+algum] atestada nos textos do *corpus* DOViC pode ser considerada um IPN como no PE?
- (iii) É possível identificar o período em que ocorre a mudança do Item de Polaridade Positiva, (doravante IPP), [algum] para um IPN [Nome + algum] no tempo?

Para responder a essas questões, delineamos a metodologia de seleção e análise dos dados, incluindo os fatores de descrição/classificação. Verificamos como ocorre a valoração negativa dos indefinidos que não eram intrinsecamente negativos ou positivos em textos do português clássico e se havia uma concorrência entre o indefinido negativo “nenhum”, e o quantificador indefinido “algum/a” nos textos do *corpus* da pesquisa, controlando a interpretação (se negativa ou não negativa).

Nesta empreita, atestamos dados que não são compatíveis com uma estrutura gramaticalizada de IPN, nos termos definidos por Martins (2015) para o PE, mas que confirmam as conclusões relacionadas à diacronia da língua, como a necessidade de concordância negativa (presença de operador de negação na sentença em que a inversão nominal em relação ao indefinido é atestada com valor negativo).

(14)

- a. e que pagaria todos os anos de pareas dous mil fardos de arroz, assim como se obrigara ao Viso-Rei Dom Francisco de Almeida. “E que **não recolheria** em seus portos **navios alguns** de cossairos. “E que daria lugar pera feitoria pera estarem os Officiaes d’EIRei feitorizando suas cousas.

(COUTO, Diogo do, Décadas, séc. XV, Português europeu)

- b. As asas dobradas se podem pôr aos anjos, e assi mesmo nos pés por mostrarem sua presteza, mas também podem ser pintados **sem terem asas algumas**, e com tal extremidade e tão angélica, que pareça serem anjos, como já os alguém pintou.

(HOLANDA, Francisco de, Da pintura antiga, séc. XVI, Português europeu)

- c. onde seus vassalos o agazalharam, e recolhêram, mandando dali espias a saber de Dom Christovão, e da Rainha, de que **não tinham novas algumas**. Assim os deixaremos todos em sua tristeza, até tornarmos a êles.

(COUTO, Diogo do, Décadas, séc. XV, Português europeu)

- d. Discrição, a quem até a idade de vinte anos se **não tinham feito civilidades algumas**, viu-se obrigada a aperfeiçoar os talentos naturais para suprir ao defeito em que se achava de tantas prendas, quais eram as que observava em sua irmã.

(XAVIER, Francisco. Cartas, Cavaleiro de Oliveira, séc. XVIII, Português europeu)

- e. porém devia permitir-se-lhe dizer, que **não se tinham poupado diligências algumas** para fazer que a Nação portuguesa tivesse um perfeito conhecimento da sua situação;

(Vários, Gazeta de Lisboa, séc. XVIII, Português europeu)

- f. Como se há de ver, lendo esta história, o doente, **não pode prestar**, no estado em que se acha, **informações algumas** sobre os diferentes turnos por que tem passado a moléstia; seu pai porém fez-me o favor de fornecer as informações de que eu precisava.

(Vários, Jornais da Bahia, séc. XIX, Português brasileiro)

- g. A outra nossa tia, a Marquesa de Abrantes, que tinha seu marido e um filho em França, **não obtinha** de eles **notícias algumas** de o

Marquês de Alorna, apesar de lhe as pedir, sempre que se oferecia ocasião.

(ALORNA, Memórias do Marquês da Fronteira e d"Alorna, séc. XIX, Português Europeu)

Nota-se que a pluralidade na inversão negativa é possível, pois temos a sequência [N + algum] no plural sob o escopo do marcador de negação “não” (14 a., c., g.) e da preposição de sentido negativo “sem” (cf. 14b). A possibilidade de flexão no plural é compatível com a análise de “algum” como núcleo da categoria Determinante, conforme iremos propor para a estrutura [N+algum] ainda não gramaticalizada em um IPN, como veremos mais adiante, após observarmos outros fatores relevantes para a proposta.

Ao observarmos os dados extraídos dos textos do Corpus DOViC representativos do PB, notamos a presença da estrutura [N + algum] apenas nas funções de Complemento e Adjunto, não atestamos casos em constituinte sujeito. Os contextos sintáticos em que o NP [N+algum] é complemento ou adjunto, apresentam um contexto de negação para além da negação expressa na inversão do indefinido no interior do NP (15).

(15)

- a. [...] notifiquemos o dito Depositario, para **não** entregar a **pessoa alguma** a mesma quantia de quinhentos mil reis sem expressa ordem de Justiça, sob pena da Lei dos Depositarios, de que ficou sciente; ³[...] (Corpus DOViC, Livro 2, carta 15, Séc. XIX)
- b. [...] cujo escravo de hoje em diante fica gozando plena, e inteira liberdade que de hoje em diante lhe transfiro tanto em razão de ser minha cria, como pelos relevantes serviços que me tem prestado; e por isso poderá gozar de inteira liberdade, sem restrição alguma, como se nassese de ventre livre, pois que me o-brigo a sustentar esta carta de liberdade por mim e meus herdeiros ascendentes⁴ [...] (Corpus DOViC, Livro 2, carta 2, Séc. XIX)

³ Texto transcrito na versão original.

⁴ Texto transcrito na versão original.

O dado “pessoa alguma” apresentado na sentença 15a assume valor negativo no NP, que é objeto indireto, em posição pós-verbal, de uma oração subordinada infinitiva (reduzida) negativa devido à presença do marcador de negação “não”. A presença da negação na sentença – “para **não** entregar a NP” - e a inversão do indefinido no NP complemento - “pessoa alguma” - soam como reforço expressivo da negação sentencial.

De maneira semelhante, o dado exposto em 15b possui a expressão “restrição alguma” com valor negativo no NP, que está como adjunto introduzido pela preposição negativa “sem”, carregando um traço de negação, sob o domínio de um IP⁵ (sintagma verbal) positivo – “poderá gozar de...”.

O uso do IPN [restrição + alguma] no interior do sintagma preposicional (PP, do inglês *Prepositional Phrase*) negativo – “sem restrição alguma” - apresenta reforço positivo para as expressões “plena liberdade” e “inteira liberdade”.

Ao observarmos os dados extraídos dos textos do Corpus Tycho Brahe, encontramos os NPs com indefinidos em diferentes funções sintáticas, incluindo a função sujeito e nos deparamos com sentenças como (16) e (17), que parecem questionar a polaridade sempre negativa da estrutura [N + algum] e a impossibilidade de um complemento nominal, ou um adjetivo, ocorrer entre o nome e o indefinido “algum” na posição pós-nominal (cf. MARTINS, 2015).

(16) Olá, se torno a ouvir de vós **queixa alguma**, juro, pela fé que devo a Balduino meu predecessor, que vos hei-de cozer vivo em uma caldeira, como ele cozeu a outro, que roubou uma viúva pobre. (BERNARDES, séc. XVII, dado coletado no *corpus Tycho Brahe*)

(17) Porém como esta lei seja voluntária e executada sem rigor, nem **obrigação de justiça alguma**, não querem alguns estar por ela. (GANDAVO, sec. XVII, dado coletado no *corpus Tycho Brahe*)

Os dados analisados, nos textos do CTB, sugerem uma possível ambiguidade na polaridade da estrutura [N + algum], no século XVII, pois, como evidenciado no exemplo 16, mesmo com o indefinido “algum”

⁵ IP (Inflectional Phrase) é um sintagma funcional que possui propriedades flexionais (como tempo e concordância).

posposto ao substantivo “queixa”, o sintagma nominal não possui polaridade negativa na sentença, pois no contexto “*se torno a ouvir de vós queixa alguma*” traz a proposição “*tornar a ouvir*”, o que indica que antes se ouviu “*algum queixa*”, e uma promessa de “*...cozer vivo*” caso se volte a ouvir “*queixa*”. A interpretação de “*queixa alguma*”, portanto, deve ser equivalente a “*alguma queixa*”.

Já em 17, o valor de “*obrigação de justiça alguma*” é negativo, porém há um complemento “*de justiça*” que interrompe a adjacência entre o núcleo N e o indefinido, situação esta permitida somente em estruturas sem a incorporação dos Núcleos N e Q(indefinido). No contexto existe uma “*lei*” que é “*voluntária*”, portanto sem nenhuma obrigação da justiça (lei), o núcleo principal negado no enunciado é “*obrigação*” e não “*justiça*”, pois existe uma lei e esta lei é voluntária “*sem obrigação alguma*”.

Mediante esses dados, percebe-se que no século XVII a estrutura [N + algum] não está gramaticalizada uma vez que os dois elementos [N] e [Algum] gozam de certa independência sintática.

Em continuidade, verificamos os indefinidos negativos no português europeu em uma perspectiva histórica comparando as frequências de [N + Algum] com as frequências de [Nenhum + N] e [N + Nenhum]. De acordo com Martins (2015), há um aumento acentuado da frequência da inversão nominal com “*nenhum*” em comparação com o “*algum*” no século XIX, indicando que nesse período, em que, segundo a autora, ocorreria a etapa final do processo de gramaticalização de [N + algum] como um item de polaridade negativa (IPN), a inversão nominal negativa se “*alargou*” de “*algum*” a “*nenhum*” (MARTINS, 2015, p.13). No *Corpus* do Português, utilizado por Martins (2015) para análise, constatou-se que a colocação pós-nominal de “*nenhum*” sobe de 16% no século XVIII para 43% no século XIX.

Partindo desse resultado e com o intuito de verificar o fenômeno em outro *corpus* diacrônico do Português, replicamos a pesquisa de Martins ao *Corpus Tycho Brahe*, com o objetivo de verificar se o fato também pode ser observado nesse *corpus* e se a inversão com “*nenhum*” está associada a gramaticalização do IPN [N + algum] no PE, que, segundo Martins (2016), ocorre entre os séculos XVIII e XIX, ou se a inversão [N + nenhum] já pode ser observada nos séculos anteriores, séculos XVI e XVII em que a não contiguidade entre o núcleo nominal

e o indefinido pós-nominal podia ser atestada, indicando uma construção ainda não gramaticalizada, segundo Martins (2016).

A estratégia preferencial para a polaridade negativa nos textos do CTB foi a com o indefinido “nenhum” pré-nominal, 602 dados nos textos portugueses (55% do total de 1100 NPs com polaridade negativa) e 90 nos textos brasileiros (47% do total de 191 NPs com polaridade negativa). Os exemplos de 18 a 21 ilustram essa construção.

- (18) O capitão-mor lhe respondeu que os embaixadores tinham seguro para suas pessoas, e licença para dizerem livremente a que eram mandados, pelo que sem **nenhum receio** podia falar o que quisesse. (PINTO, séc. XVI)
- (19) E melhor rezareis assim e não vos fará **nenhum impedimento** dêste modo. (CHAGAS, séc. XVII)
- (20) porque **nenhum homem** quis dizer até agora a loucura de que era branco - dando a atender que, se houvesse um que a proferisse, não faltariam muitos que acressem. (XAVIER, séc. XVIII)
- (21) porém a mana não lhe faz a honra de o pronunciar de **nenhum modo**, conforme as delicadezas do costume, que observa rigidamente. (ALORNA, séc. XIX)

Nota-se que os dados exemplificados, seguem a generalização de Martins sobre a necessidade de concordância negativa quando o NP com “nenhum” pré-nominal segue o verbo e que em posição pré-verbal esta concordância já não é mais obrigatória (exemplo 21).

Atestamos 396 dados em que o indefinido “algum” foi registrado em posição pós-nominal em textos portugueses e 85 dados em textos brasileiros. A grande maioria dos dados (97%) com sentido negativo (apenas 11 dados dos 396 em textos portugueses e 1 dado dos 85 em textos brasileiros possuem interpretação não negativa). A estrutura [N + Algum] com interpretação negativa, pode ocorrer em posição pré ou pós-verbal, sempre em concordância com outro elemento negativo à esquerda do NP, quando este está pós-verbal, como podemos verificar nos exemplos 22 a 25. Também podemos verificar nestes exemplos a possibilidade de complementos e adjuntos no NP e ainda a possibilidade do plural.

- (22) E nos os sete Portugueses que a este tempo, como ja disse, estávamos na praça para nos venderem em leyllão, tomamos por remedio mais certo de nossa salvação tornarmo-nos a meter na mazmorra, **sem** que **ministro algum de justiça** ou outrapessoa nos levasse, ou fosse conosco... (PINTO, séc. XVI)
- (23) que **não** faça **caso algum de tudo** o desta vida. (CHAGAS, séc. XVII)
- (24) Discrição, a quem até a idade de vinte anos se **não** tinham feito **civilidades algumas**, viu-se obrigada a aperfeiçoar os talentos naturais para suprir ao defeito em que se achava de tantas prendas, quais eram as que observava em sua irmã. (XAVIER, séc. XVIII)
- (25) A outra nossa tia, a Marquesa de Abrantes, que tinha seu marido e um filho em França, não obtinha de eles **notícias algumas de o Marquês de Alorna**, apesar de lhe as pedir, sempre que se oferecia ocasião. (ALORNA, séc. XIX)

A estrutura com o indefinido algum pós-nominal, com valor negativo, apresenta-se em concordância negativa, podendo flexionar-se, como em 24 e 25, e ter mais elementos no NP como em 22 e 23.

As estruturas negativas [N + algum] representam 36% dos casos (396 casos) contra 55% de [Nenhum + N] (602 casos) e 9% de [N+Nenhum] (102 casos) nos textos portugueses. Nos textos brasileiros, essa distribuição das estratégias de negação no NP é semelhante: 45% dos casos [N + algum] (85 casos) contra 47% de [Nenhum + N] (90 casos) e 5% de [N+Nenhum] (16 casos). Os exemplos 26 a 29 ilustram a opção menos frequente no corpus:

- (26) E assim se partiu sem levar **coisa nenhuma** do que vinha pedir. (PINTO, séc. XVI)
- (27) mas todo o exercício, palavra, letra, meditação, por espiritual que seja, impede a união, que é estar a alma já sem **acção nenhuma sua**, submergida naquele abismo de amor, de glória, de perfeição. (CHAGAS, séc. XVII)

(28) Este homem não sabe perder ocasião alguma de ostentar os seus talentos, **coisa nenhuma** o prende e **coisa nenhuma** deixa de lhe vir à mão por que ele deixe de pedir. (XAVIER, séc. XVIII)

(29) Levantou-se minha Mãe e esteve quatro horas fora da cama, sem sentir **abalo nenhum** (ALORNA, séc. XIX)

Esta estrutura, apesar de menos frequente, parece seguir o comportamento sintático de [N] + [algum]. Em posição pós-verbal ocorre com a presença de outro elemento negativo, sem precisar ser necessariamente a negação sentencial “não”, nos exemplos a preposição “sem” foi atestada (29).

O dado exemplificado em 28 (século XVII) ilustra a possibilidade do possessivo na periferia direita do NP, ou seja, uma estrutura com mais elementos no sintagma, como acontece com [N + algum] nesse período. No século XIX este tipo de construção não foi mais atestada nos períodos posteriores.

Vimos que no *Corpus* do Português, Martins (2015) constatou que a colocação pós-nominal de “nenhum” sobe de 16% no século XVIII para 43% no século XIX, o cálculo da frequência foi feito por Martins com base na soma dos totais de “nenhum” pré e pós-nominal em cada século, o mesmo vale para o cálculo de algum na tabela abaixo.

Tabela 1 - Dados coletados por Martins em *Corpus* do Português (CP)

Período	Nenhum		Algum	
	Pré-nominal	Pós-nominal	Pré-nominal	nominal
Século XVIII	325	63 - 16,2%	2220	391 - 15%
Século XIX	676	504 - 42,9%	8726	812 - 7,6%

Fonte: MARTINS (2015, p.14)

Baseando-nos em Martins (2015), ao fazermos o mesmo tipo de relação e cálculo das ordenações dos indefinidos no corpus Tycho Brahe constatamos que a inversão [N + nenhum] é atestada já no século XVI, com uma frequência semelhante a da inversão de [N + algum], 14% e 12%, respectivamente, em relação à ordem pré-nominal do indefinido. Detectamos um contínuo nos padrões de frequência das inversões desde o século XVI até o século XIX, ambos passaram de um patamar inferior a 20% de frequência nos séculos XVI e XVII a um patamar superior a

20% de estruturas com indefinidos pós-nominais nos séculos XVIII e XIX, como podemos constatar na tabela 2. É importante ressaltar que a tabela 2 considera apenas a posição do indefinido e não o valor polar, seguindo o mesmo tipo de cálculo da tabela 1 reproduzida de Martins (2015).

Tabela 2 - Posição dos indefinidos ALGUM e NENHUM no sintagma nominal (documentos portugueses)

	Algum		Nenhum	
	Pré-nominal [Algum/a + N]	Pós-nominal [N + Algum/a]	Pré-nominal [Nenhum/a + N]	Pós-nominal [N+Nenhum/a]
Século XVI	568	94 - 14%	267	39 - 12 %
Século XVII	551	119 - 16%	172	11 - 6%
Século XVIII	234	137 - 37%	113	30 - 21%
Século XIX	169	47 - 22%	50	23 - 32%

Fonte: Elaboração própria

Uma vez que diferentemente de [Algum + N], [N + algum] pode realizar e normalmente realiza a polaridade negativa do sintagma, juntamente com outro marcador negativo nas fases mais antigas, assim como [Nenhum + N] e [N + Nenhum], excluimos os dados de algum pré-nominal para observar apenas as estratégias de polaridade negativa no tempo e verificamos que a estratégia mais frequente para polaridade negativa no sintagma é sempre [Nenhum + N], sendo a estrutura com posposição de algum mais frequente que a posposição de nenhum, como se pode verificar na tabela 3. Nota-se na tabela que há um aumento da estrutura [N + algum] que passa de 23% no século XVI para 39% e 49% nos séculos XVII e XVIII para voltar a baixar para 39% no século XIX. Já a estrutura [N + nenhum] se mantém abaixo dos 20% em todo período, (10%, 4%, 11% e 19% nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, respectivamente).

Tabela 3 - Posição dos indefinidos ALGUM e NENHUM no sintagma nominal com valor negativo (documentos portugueses)

	Algum	Nenhum		
	Pós-nominal [N + Algum/a]	Pré-nominal [Nenhum/a + N]	Pós-nominal [N+Nenhum/a]	Total
Século XVI	94 - 23%	267 - 67%	39 - 10%	400
Século XVII	119 - 39%	172 - 57%	11 - 4%	302
Século XVIII	137 - 49%	113 - 40%	30 - 11%	280
Século XIX	47 - 39%	50 - 42%	23 - 19%	120

Fonte: Elaboração própria

Os dados atestados nos textos brasileiros do século XIX repetem exatamente o mesmo padrão de frequência que os textos portugueses do mesmo período, como se pode verificar na tabela 4.

Tabela 4 - Posição dos indefinidos ALGUM e NENHUM no sintagma nominal com valor negativo (documentos brasileiros)

	Algum	Nenhum		
	Pós-nominal [N + Algum/a]	Pré-nominal [Nenhum/a + N]	Pós-nominal [N+Nenhum/a]	Total
Séc XIX - BRA	85 - 45%	90 - 47%	16 - 8%	191

Fonte: Elaboração própria

A estrutura [N+algum] ganha espaço como preferência de IPN no tempo, sendo seu uso equivalente em termos proporcionais à estratégia mais usada desde o século XVI [Nenhum + N]. A diferença no tempo com relação à frequência é um fator relevante quando somada à qualidade das estruturas. É somente no século XIX que dados com inversão do indefinido contendo flexão para o plural e mais elementos no NP deixam de ser atestados, enquanto dados sem a presença de negação sentencial ou outros operadores negativos são atestados com valor negativo como ilustra o exemplo 30.

- (30) Em 1815, perguntando minha Avó a o General Gomes Freire, diante de mim, se os movimentos militares que deixo referidos seriam devidos a alguma traição, ele respondeu lhe que de **modo algum**, porque a corte de o Príncipe Regente era tão tola que nem para isso tinha capacidade. (ALORNA, séc. XIX)

Não obstante, ao comparar apenas as estruturas com posposição, constatamos que a frequência de [N + algum] é sempre muito superior à frequência [N + nenhum], como podemos verificar na tabela 5, fato que pode corroborar a hipótese de Martins (2015) em relação a origem do IPN com o indefinido “nenhum” na generalização do IPN [N + algum], gramaticalizado no século XIX.

Tabela 5 - Posposição dos indefinidos ALGUM e NENHUM no sintagma nominal com valor negativo (documentos portugueses e brasileiros)

	Algum	Nenhum	
	Pós-nominal [N + Algum/a]	Pós-nominal [N+Nenhum/a]	Total
Século XVI	93 - 71%	39 - 29%	132
Século XVII	119 - 91%	11 - 9%	130
Século XVIII	137 - 82%	30 - 18%	167
Século XIX	47 - 67%	23 - 33%	70
Séc XIX - BRA	85 - 86%	16 - 14%	101

Fonte: Elaboração própria

Apesar da frequência de [N+algum] já ser bastante alta no século XVI (71%) e não apresentar um aumento progressivo e gradual no tempo, e portando não ter se mostrado um argumento suficiente para identificar a mudança no tempo, nos textos do século XVIII e XIX não atestamos mais dados da ordem [N + algum] com valor positivo (não negativo), tão pouco casos de flexão do substantivo e do indefinido, tais ausências são relevantes, pois podem ser justificadas pela gramaticalização da inversão nominal em IPN. Paralelamente a isso, o valor negativo do NP com inversão do indefinido foi atestado sem a presença de um operador de negação no contexto, como vemos no exemplo 30 acima e 31 abaixo, o que pode sugerir que, nessa fase, a ordem do [N + algum] se estabelece como um IPN.

- (31) Se a confusão dos últimos tempos lhe fizeram perder de vista quanto me ordenou, nada mo poderia fazer esquecer a mim, vendo crescer os perigos da minha Pátria e de Vossa Alteza Real Tudo consegui, mas **cousa alguma** se fará se Vossa Alteza Real, por uma carta sua, me não recomenda a Suas Majestades Católicas de um modo tal, que eu não tenha obstáculo para tratar, em nome de Vossa Alteza Real, tudo quanto lhe é preciso e pode desejar. (ALORNA, SÉC. XVIII, dado coletado no *corpus Tycho Brahe*)

Também, em textos brasileiros do CTB foi atestado [N + algum] na função sujeito, com valor negativo e sem este estar sob o escopo de outro elemento negativo.

- (32) Consequentemente, entendo que **amigo algum** deixará de concordar comigo, não podendo, como não posso , admitir enquanto investido do cargo de chefe político , que alguém , por ameaças queira impor-se . (CARTAS BRASILEIRAS: CULTOS, séc. XIX)

Este tipo de contexto não foi atestado no corpus DOViC. Nos documentos brasileiros do século XIX do corpus DOViC, a estrutura [N + algum] com valor negativo foi atestada em sentenças não negativas, ou seja, sem a presença da categoria funcional NegP, realizada pelo marcador de negação sentencial “não” mas com presença de um outro item negativo. São licenciadores da valoração negativa do NP com posposição do indefinido nesse corpus: a conjunção “nem” e a preposição “sem”, além da negação sentencial, sendo a posposição do indefinido sempre acompanhada de outra palavra negativa no domínio imediatamente superior, seja ele a sentença (IP), como em (33 a.); ou um sintagma preposicional (PP) com a preposição negativa “sem” dominando o NP, como em (33 b.).

- (33)
a. Primeiramente disse ser casado com Dona Reginalda Maria de Jezus de cujo consorcio **não** teve **filho algum** – (Corpus DOViC, Livro 16, documento 5)

- b. cujo escravo de hoje em diante fica gozando plena, e inteira liberdade que de hoje em diante lhe transfiro tanto em razão de ser minha cria, como pelos relevantes serviços que metem prestado; e por isso poderá gozar de inteira liberdade, **sem restrição alguma**, como se nassese de ventre livre, pois que me o-brigo a sustentar esta carta de liberdade por mim e meus herdeiros ascendentes[...] (Corpus DOViC, Livro 2, carta 2)

O indefinido *algum*, em contextos como os exemplificados acima, pode ser substituído pelo indefinido “nenhum”, sem que ocorra a perda do sentido nas orações.

Em (33 a.) a estrutura [N + *algum*], ou seja, *filho algum*, apresenta-se sob o escopo do marcador de negação sentencial “não”, como objeto direto do verbo “ter” e seu uso na sentença permite negar a existência do substantivo dentro do sintagma nominal. No exemplo (33 b.) a estrutura [N + *algum*] (*restrição alguma*) está contida em uma oração subordinada, em adjunção na posição pós-verbal e precedida pela preposição “sem”, e apesar da sentença subordinada não ser negativa, a preposição núcleo do PP que domina imediatamente o NP [*restrição alguma*] possui um traço de negação, ainda que não sentencial. A presença desse traço no domínio imediatamente superior ao NP se mostrou relevante para o licenciamento da polaridade negativa do NP [N + *algum*] nos dados desse corpus.

Assim, podemos concluir que a diminuição, ainda que tênue, da frequência de [N+nenhum] como estratégia de polaridade negativa do NP em detrimento das outras configurações, respectivamente [N + *algum*] e [N + *nenhum*] em termos de frequência (tabela 3) somada às alterações nos aspectos qualitativos das estruturas apresentadas neste artigo corroboram a hipótese de Martins (2015, p. 13-14) de que a mudança na frequência de [N+nenhum] ocorreria devido à diferença dos aspectos morfológicos e semânticos que podem estar associadas à gramaticalização da sequência [N + *algum*] como IPN entre os séculos XVIII e XIX.

Os documentos brasileiros do Corpus DOViC apresentam a inversão N + *algum*, somente em contextos em que outro elemento negativo está no contexto escopando o NP indefinido, assim como no PCL. Já os documentos brasileiros do CTB apresentam dados em função sujeito livre da presença de outro elemento negativo de maneira

semelhante ao PE e essa diferença pode ser explicada pela diferença de tamanho e natureza dos corpora.

4 Proposta de análise: a formulação das hipóteses

Segundo Martins (2015), o IPN [N + algum] no PE é derivado da incorporação do nome e do quantificador indefinido num núcleo negativo abstrato interno ao DP (Determiner Phrase). A análise formal proposta se apoia na ideia de paralelismo estrutural entre a frase e o sintagma determinante (DP), em particular no que diz respeito à projeção da categoria funcional NegP. A autora afirma que é o movimento cíclico do nome (N) através da estrutura funcional do DP que determina que esse se associe ao quantificador indefinido no caminho para o lugar final de incorporação (34).

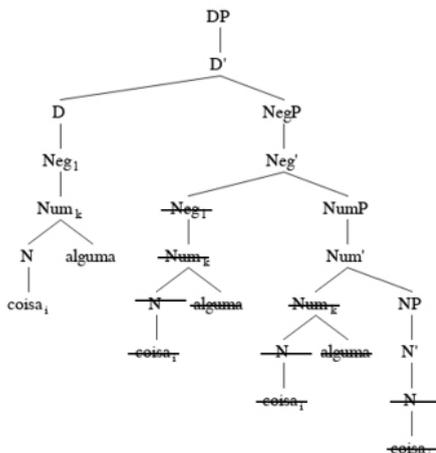
(34)

[DP [D" [D [Neg_1 [Num_k coisa_i alguma]]] [NegP [Neg" [Neg_1
[Num_k coisa_i alguma-]] [NumP [Num" [Num_k coisa_i
alguma] [NP coisa_i]]]]]]]

(baseado em MARTINS, 2015, p. 17)

Para formar o IPN o movimento do núcleo nominal é realizado para o núcleo do sintagma numeral (NumP, do inglês *Number Phrase*) onde, segundo Martins (2015), está o indefinido “algum”, essa operação forma o amálgama [N + algum]. O núcleo “Num” (contendo o amálgama) se move ainda para o núcleo da camada funcional NegP (*Negative Phrase*), do constituinte nominal, para realizar o traço de polaridade negativa e, na sequência, o núcleo Neg, já contendo a incorporação dos núcleos inferiores, se move para D (figura 1).

Figura 1 – Representação arbórea sintática do IPN [animal algum]



Fonte: Elaboração própria, baseada em Martins (2015, p. 17)

A estrutura sintática do IPN, tal como propõe Martins (2015) explica a obrigatoriedade de adjacência entre o nome substantivo e o quantificador indefinido, não possibilitando a presença de um complemento nominal ou adjunto ocorrerem entre o nome e o algum pós-nominal por esta estrutura ser formada em um processo de incorporação de núcleos - um amálgama - formando uma única palavra negativa (*n-word*), um IPN. Nessa configuração a flexão de número é bloqueada, “coisas algumas” não é possível, é agramatical, logo, o IPN comporta-se como uma palavra invariável, como os pronomes indefinidos “ninguém”/“nada”. A explicação, segundo Martins (2015), se dá pela ausência do núcleo do Pl(ural) na estrutura do DP quando NegP é projetado e pela possibilidade de ocorrer em qualquer posição na sentença sem a presença de um operador de negação para a interpretação negativa.

Essa não deve ser a estrutura da inversão nominal [N + algum] no PCL, uma vez que a polaridade positiva/não negativa para a estrutura [N + algum] bem como a não adjacência estrita entre o nome e o indefinido e a pluralização do sintagma na inversão nominal negativa com o indefinido “algum” foi atestada em textos do *corpus Tycho Brahe*, exemplos retomados em (35).

(35)

- a. Olá, se **torno a ouvir de vós queixa alguma**, juro, pela fé que devo a Balduino meu predecessor, que vos hei-de cozer vivo em uma caldeira, como ele cozeu a outro, que roubou uma viúva pobre. (BERNARDES, sec. XVII, dado coletado no *corpus Tycho Brahe*)
- b. Porém como esta lei seja voluntária e executada sem rigor, **nem obrigação de justiça alguma**, não querem alguns estar por ela[...] (GANDAVO, sec. XVI, dado coletado no *corpus Tycho Brahe*).
- c. Discrição, a quem até a idade de vinte anos se **não tinham feito civildades algumas**, viu-se obrigada a aperfeiçoar os talentos naturais para suprir ao defeito em que se achava de tantas prendas, quais eram as que observava em sua irmã. (XAVIER, sec. XVIII, dado coletado no *corpus Tycho Brahe*)

Vimos que o contexto da sentença “se torno a ouvir de vós queixa alguma” traz a proposição “tornar a ouvir”, o que indica que antes se ouviu “alguma queixa”, e uma promessa de “...cozer vivo” caso se volte a ouvir “queixa”. A interpretação de “queixa alguma” em 35 a., portanto, deve ser equivalente a “alguma queixa”. Já em 35b. o valor de “obrigação de justiça alguma” é negativo, no contexto existe uma “lei” que é “voluntária”, portanto, sem nenhuma obrigação da justiça (lei), o núcleo principal negado no enunciado é “obrigação” e não “justiça”, pois existe uma lei e esta lei é voluntária “sem obrigação alguma”. Nesse caso temos a não adjacência entre o núcleo nominal e o indefinido alguma em um NP com o indefinido pós-nominal e interpretação negativa do sintagma. Por outro lado, a flexão plural é atestada em 35c: “civildades algumas”.

Os fatos reapresentados em 35, somados à dependência da concordância negativa nos textos do PCL constituem evidência de que, nos textos até o século XVIII, a inversão [N + algum] não corresponde a um IPN, nos termos de Martins (2015) para o PE.

Também os dados oitocentistas do PB sugerem uma dependência de um outro elemento negativo na sentença para instanciar a polaridade negativa do NP, podendo ser explicado por valoração do traço de negação mediante concordância com o núcleo que subordina o NP com inversão [N + algum] (cf. 36 a-b):

- (ii) os quantificadores (Qs) discretos, que incluem os numerais que exprimem cardinalidade ou ordem (dois, três, primeiro, ...) e ainda os Qs que indicam pluralidade (inúmeros, muitos, vários ...), estes seguem a categoria D na parte funcional do NP.
- (iii) os quantificadores universais (todos, ambos), estes precedem a categoria D na parte funcional do NP.

O indefinido “algum” em posição pré-nominal é um quantificador usual, que exprime quantidade existencial, conforme exemplifica Brito (2003, p. 356) (39).

(39) Li alguns livros. (BRITO, 2003, p. 356)

Já em posição pós-nominal, possui sentido negativo, como também observa Brito (2003, p. 359) (40).

(40) Livro algum estava sobre a mesa. (BRITO, 2003, p. 359)

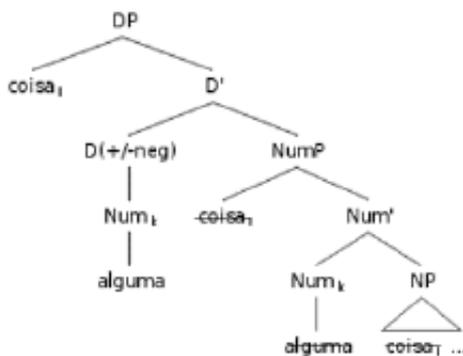
A autora argumenta que os quantificadores existenciais “algum” e “nenhum” são núcleos D (Determinantes), estão em distribuição complementar com os artigos indefinidos, por exemplo, e esta é para nós uma propriedade relevante que guiará nossa análise sobre a estrutura sintática de [N+algum] e a polaridade negativa do DP.

Propomos que a estrutura em que o quantificador se move como núcleo até a camada D da estrutura funcional explica sua distribuição com os determinantes e quantificadores numerais, inclusive no PCL. Nesse sentido, a derivação em que a parte lexical do sintagma (o NP) se move para o especificador de DP parece ser mais adequada para derivar a inversão [N + algum] no PCL. Tal hipótese tem a vantagem de também explicar a distribuição do indefinido em relação aos demais determinantes (que ocorrem em distribuição complementar com o indefinido), fato que corrobora a hipótese de que o indefinido realiza a categoria D e pode explicar: (i) o valor não negativo da inversão atestado nos dados do PCL e (ii) a possibilidade de não adjacência entre o núcleo nominal e o quantificador, atestada nas fases mais antigas, além de explicar a possibilidade do pronome possessivo à direita do NP como no exemplo

(27) “ação nenhuma sua”. Na hierarquia dos núcleos funcionais do NP, a categoria POSSP estaria, segundo Brito (2003), entre D e NUM “os_[D] meus_[poss] três_[num] livros”. A inversão [N + algum], nesse caso, não pode ser um amálgama, a estrutura sintática do sintagma e das palavras no sintagma estão preservadas, portanto não se trata de incorporação dos núcleos N e D. A estrutura do sintagma [N + algum] no PCL seria, portanto, como a representação em (41), ilustrada na figura 2.

(41) [DP [coisa_i] [D’ [D(+/-neg) [Num_k alguma]] [NumP [coisa_i]] [Num’ [Num_k alguma] [NP coisa_i ...]]]]]

Figura 2 – Representação arbórea de [coisa alguma] não especificada quanto ao traço de polaridade no PCL



Fonte: Elaboração própria

Adotamos a estrutura proposta em (41) e representada na figura 2 para a estrutura [N+ algum] no PCL por considerarmos que contempla a hipótese de que nesta fase da língua a posposição do indefinido não é derivada de um processo de incorporação para valorar o traço negativo no NP, pois a inversão só ocorre com a presença de outro marcador de polaridade negativa, como a negação sentencial, as preposições e conjunções negativas. A hipótese nos parece mais econômica em relação à mudança para o PE, uma vez que não envolve alteração na natureza sintagmática do indefinido de categoria máxima (XP), como seria o caso da representação (37) do espanhol, para categoria mínima (X) como seria

o caso da representação do IPN em 34. Assumindo a representação em 41 para o PCL, a mudança envolveria apenas o mecanismo de valoração da polaridade no NP, sendo o indefinido sempre núcleo (X) da categoria funcional do NP ligada a sua determinação: a parte funcional do NP passa a espelhar a sentença, instanciando um núcleo de polaridade forte no interior do sintagma nominal, que em 34 (MARTINS, 2015) é denominado NegP, e a valoração da polaridade deixa de ser feita sob escopo/regência/concordância do núcleo de negação no domínio externo ao NP e que o domina (IP[neg] ou PP[neg]) em uma configuração de c-comando do operador de negação em relação ao NP como em (36 a-b), e passa a ser feita pela checagem dos traços polares na camada funcional do NP por palavra negativa. Com essa mudança, a estrutura [N + algum] se gramaticaliza, tornando-se um IPN, como em 34.

Os dados oriundos dos textos brasileiros do século XIX também são compatíveis com a hipótese representada em (41) para o PCL, uma vez que os dados com inversão estão sempre acompanhados do operador de negação sentencial ou outro operador de negação que tem escopo sobre o NP e o c-comanda (como a preposição “sem” ou a conjunção “nem”).

Com relação à mudança gramatical e sua localização no tempo, “as mudanças nas línguas, instanciadas nos documentos históricos, como variação gradual, são reflexos de mudança gramatical que, por uma necessidade teórica, deve ocorrer de modo abrupto na aquisição da linguagem pelo falante (KROCH, 1989 *apud* GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 49). A variação de usos nos textos pode ser compreendida como fruto da convivência, no plano do uso, de formas geradas por diferentes gramáticas, formas novas nos textos podem ser pistas para uma mudança gramatical. Segundo Kroch (2001 *apud* GALVES; NAMIUTI; PAIXÃO DE SOUSA, 2006), a mudança gramatical não afeta apenas uma construção, mas a gramática como um todo, logo se várias alterações ocorrem em um mesmo período de tempo em uma “razão constante”, nos termos de Kroch (1989), temos aí indícios que uma mudança gramatical ocorreu. No caso dos indefinidos, Martins (2015) localizou formas novas no século XIX como a inversão do indefinido com valor negativo sem a presença de um operador de negação, como no caso de “Coisa alguma escapou!” (MARTINS, 2015, p. 12), dados assim também foram atestados por esta pesquisa no século XIX, *corpus Tycho Brahe*. Paralelamente a estes novos fatos, Martins (2015) atestou um aumento da frequência [N + nenhum] no mesmo

século o que pode corroborar a hipótese da mudança. O mesmo fato foi por nós observado no *corpus Tycho Brahe*. Sendo assim, com base nos fatos descritos em (35a-c) e (36a-b), também com base nas considerações sobre a mudança gramatical no quadro teórico da gramática gerativa, respondemos às questões levantadas neste trabalho com as seguintes hipóteses:

- (a) A estrutura [N + algum] não pode ser analisada como um IPN no PCL, pois o valor negativo se dá via presença de um operador de negação que precede o NP e desencadeia a valorização do traço negativo do NP, como no PA para as *n-words*, o que evidencia um traço fraco de polaridade no NP no PCL.
- (b) Temos, nos documentos brasileiros do século XIX, um comportamento semelhante ao do PCL em relação às estruturas de inversão dos indefinidos para valorar traço de negação, indicando também um traço fraco de polaridade no NP do PB do século XIX.
- (c) É possível identificar o século XIX como o momento da mudança do PCL para o PE, uma vez que dados novos de [N + algum] foram atestados nos documentos portugueses do século XIX, associados a alterações de frequência de estruturas que podem estar relacionadas à mudança como o aumento de [N + nenhum] em relação a [Nenhum + N] após um aumento de [N + algum] e o surgimento de dados de [N + algum] com valor negativo em um contexto livre da presença de negação sentencial ou outro marcador de negação.

5 Considerações finais

As discussões promovidas neste texto contribuem para a construção do conhecimento sobre as estruturas com indefinidos, colaborando com o avanço das pesquisas sobre a polaridade negativa do NP. Ao realizarmos um estudo comparativo, quantitativo e qualitativo, com base em corpora diacrônicos de textos brasileiros e textos do português europeu, disponibilizamos uma interpretação sobre a composição dessas línguas, bem como estabelecemos comparações entre o PCL, PE e PB, o que nos permitiu atestar possíveis diferenças entre as

gramáticas no tempo (século XVI a XIX) e espaço da língua portuguesa (Portugal, Brasil).

Os resultados apresentados possibilitam a percepção de que o indefinido “algum”, na posição pós-nominal, nos séculos XVI e XVII, ainda não estava incorporado ao nome, caracterizando um IPN.

Todavia, localizamos pistas nos dados do século XVIII que sugerem a gramaticalização da estrutura [N + algum] como um IPN, como a possibilidade de [N + algum] ocorrer em estrutura sem a presença de operador de negação e ainda assim carregar valor negativo, e o fato das ocorrências da estrutura com flexão e outros elementos no sintagma deixarem de ser atestadas em textos mais tardios (século XIX).

Sobre os dados do PB, verificamos que a estrutura [N + algum/a] no corpus DOViC sempre é atestada com valor negativo e sempre em um contexto de negação, o que pode sugerir que o valor negativo do NP seja valorado pela negação superior, juntamente com a inversão do algum, como no PCL. Todavia uma investigação envolvendo um corpus maior e mais abrangente se faz necessária para confirmar tal hipótese, uma vez que no corpus-DOViC a construção só foi atestada em posição pós-verbal, na função de complemento ou adjunto, e ainda que há dados, no CTB, em documentos brasileiros escritos por falantes “cultos” que atestam [N+ algum] com valor negativo em contextos pré-verbais sem a presença de operadores de negação.

Declaração de autoria

Este artigo, produzido em coautoria por Cristiane Namiuti e Fernanda Gusmão Silva, traz alguns dos resultados do levantamento de dados da pesquisa de mestrado de Fernanda Gusmão Silva, orientada por Cristiane Namiuti, com proposta de análise e formulação de hipóteses sugeridas e argumentadas pelo primeiro autor.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento do projeto temático coordenado por Cristiane Namiuti, à CAPES pela bolsa de mestrado de Fernanda Gusmão Silva e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN/UESB).

Referências

- BAKER, M. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University Chicago Press, 1988.
- BRITO, A. M. Categorias Sintáticas. In: MATHEUS, M. H. M. et al. (orgs). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa : Caminho, 2003. p. 325-432.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- GALVES, C.; NAMIUTI, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHAFER-PRIEB, B. (orgs.) *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone and diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006. p.45-74.
- GALVES, C.; ANDRADE, A.; FARIA, P. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. Campinas, s/d. Disponível em: URL: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/>
- KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. In: LABOV, W.; CACOULOS, R. T. (eds.). *Language Variation and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p. 199 - 244.
- MARTINS, A. M. Aspectos da negação na história das línguas românicas. Da natureza de palavras como nenhum, nada, ninguém. In: CASTRO, I. (org.). *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Linguística Histórica e História da Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1996. p. 179-210.
- MARTINS, A. M. Mudança Sintática. Clíticos, negação e um pouquinho de Scrambling. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 129-162, 1997.
- MARTINS, A. M. Polarity Items in Romance: underspecification and lexical change. In: PINTZUK, S.; TSOULAS, G.; WARNER, A. (ed.). *Diachronic syntax: models and mechanisms*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2000. p. 191- 219.

MARTINS, A. M. Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In: MARTINS, A. M.; Carrilho, E. (orgs.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016. p. 1-39.

MARTINS, A. M. *Ordem de Palavra e Polaridade: Inversão Nominal Negativa com algum/ alguno e nenhum*. 29. ed. Lisboa: Universidade do Minho, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/31174>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MEILLET, A. L'”évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948. p. 130-148.

MIOTO, C. *Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática*. 1991. 244 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

NAMIUTI, C. *Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança*. 2008. 309 f. Tese (Doutorado em linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PINTO, C. Para a história da negação: o minimizador “homem” no português antigo. *Estudos de lingüística galega*, v. 7, p. 109-123, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.15304/elg.7.2335>.

SANTOS, J. V.; NAMIUTI, C. *DOVIC* (Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista e região). Corpora Eletrônico. Vitória da Conquista: UESB, 2014.

SILVA, F. G. *O indefinido “algum” na formação do IPN [N+algum] na história da língua portuguesa: um estudo diacrônico sobre a polaridade negativa no sintagma nominal*. 2021. 98f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2021.

ZANUTTINI, R. *Syntactic properties of sentential negation. A comparative study of Romance languages*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1991.